

Um voto racional, um claro mandato

O real elegeu e reelegeu Fernando Henrique. Mas, ao contrário da euforia pela derrubada da inflação com que os brasileiros foram às urnas em 1994, para conduzir ao poder um candidato quase desconhecido da maioria deles, antes de ser identificado como o autor da proeza de domar os preços, o que se acabou de ver em todo o País foi uma manifestação de pura racionalidade. Nesta eleição, prevaleceu a avaliação desapassionada das alternativas – e dos riscos – em jogo. E às decisões eleitorais tomadas com base nesse cálculo maduro o presidente da República passa a dever sua permanência no Palácio do Planalto por mais um período de governo. Desta vez não haverá festas e comemorações. Dessa perspectiva, o contraste com o primeiro triunfo não poderia ser maior. Há quatro anos, o povo festejava com o voto o advento da nova moeda, mais valiosa até do que o dólar, tendo uma percepção necessariamente precária das dificuldades com as quais o eleito teria de se haver para consolidar a estabilização e cumprir o programa da mão espalmada. Ele próprio, a rigor, tampouco tinha uma noção realista do alcance da crise do Estado que se dispunha a reformar e da dimensão dos obstáculos entre a decisão e os meios de resolvê-la. As expectativas eram otimistas não apenas no Brasil mas em todo o cenário da economia globalizada em que nos inseríamos.

Hoje esse cenário está todo tomado por uma crise que ninguém sabe como se originou e nem como irá

evoluir. E o Brasil é hoje o principal ponto de atração nesse cenário. O eleitor comum decerto continua a anos-luz de distância dos meandros das finanças públicas e dos arcanos da conjuntura internacional. Mas aprendeu o suficiente para votar com a cabeça. Descobriu que o Real e o real, o plano e a moeda, são vulneráveis às turbulências do exterior. Ficou ciente de que a insustentável diferença entre o que o governo gasta (ou, não raro, desperdiça) e arrecada é o motivo principal dessa vulnerabilidade. E sabe que alto será o preço a pagar pela correção duradoura de rumos. Se outros motivos não houvesse, somente pela franqueza com que se dirigiu ao País, pouco mais de uma semana antes do pleito para explicar a crise e avisar que tomará duras medidas a fim de salvaguardar a economia – uma raridade eleitoral em qualquer latitude –, Fernando Henrique fez por merecer o lúcido voto de confiança recebido.

No comício de encerramento da campanha, o candidato disse que contava ser eleito com uma grande votação para dotar do imprescindível respaldo social as amargas políticas a serem postas em prática logo adiante. E, ao dar-lhe a vitória no primeiro turno, como em 1994, ainda que por margem menor do que indicavam as pesquisas de boca-de-urna – mas



sob outro estado de espírito –, o eleitorado concedeu-lhe um claro, inequívoco e específico mandato para finalmente fazer o que for preciso com o objetivo de afastar o Brasil da linha de tiro da especulação financeira internacional. Fernando Henrique, como se sabe, foi um dos primeiros chefes de governo a chamar a atenção para o imperativo de serem tomadas decisões em nível supranacional capazes de impor controles razoáveis ao fluxo desabrido de capitais, respeitada a abertura dos mercados.

Numa de suas viagens iniciais ao exterior, justamente no México, a primeira vítima desse torvelinho, ele advertiu que, não obstante as ilimitadas perspectivas de progresso trazidas pela globalização da economia, a desordem financeira representava uma terrível ameaça. Já então, justiça se lhe faça, Fernando Henrique tinha plena ciência de que os fatores externos impunham fortes limites à possibilidade de seu governo contemporizar com o desequilíbrio fiscal até que pudessem ser concebidas, aprovadas e gerar consequências as reformas das estruturas do Estado. O problema é que, ainda assim, como bem observou em artigo publicado na última sexta-feira neste jornal o economista Rogério Furquim Werneck, da PUC do Rio de Janeiro, o gover-

no foi complacente com a expansão dos gastos públicos, transformando um superávit primário de 5% do PIB de 1994 em déficit de cerca de 1% do PIB de 1997. "Imaginando ter mais tempo do que acabou tendo", argumenta o articulista, o presidente não quis arriscar parte de seu capital político em um confronto mais sério com o Congresso e em enfrentar as pressões por maiores dispêndios, guardando-se para "o embate político decisivo em torno do ajuste fiscal".

O cenário está tomado pela crise que ninguém sabe como se originou nem como terminará

Agora, a reeleição – e, mais do que ela, em si, as razões antes mencionadas que motivaram o eleitorado a confirmar Fernando Henrique na Presidência – dispensam-no dessas cautelas.

Reeleito que já está, diante de um Congresso renovado sob o signo da crise – uma coisa e outra poupando-o do constrangimento de barganhar o varejo para fazer passar o atacado, como fez durante todo o primeiro mandato –, o presidente dispõe à plenitude do que carecia em 1995: as condições para começar a remover do cenário institucional os múltiplos disparates legados pela Constituição de 1988, cuja obsolescência só não é vista pelos privilegiados que se beneficiam de suas prescrições irracionais.